

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATA**
  - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

## ATA

### **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/2/2020**

Às 14h33min, comparece na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater os reflexos da Lei Complementar nº 152, de 2020, sobre os chamados adoecidos da Lei 100 e os avanços necessários para a efetivação de direitos das pessoas que se encontram nessas condições. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, fisioterapeuta no Município de Ouro Fino, em que solicita o apoio da comissão ao Projeto de Lei Federal nº 401/2019, já aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal, e de ofício do mesmo autor, publicado no *Diário do Legislativo* em 6/2/2020. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Alexandrina Paula Ferreira de Oliveira, professora adoecida e representante do Grupo das Amparadas pela Lei Complementar nº 145/2017; Dilma Aparecida Ferreira, diretora de Legislação e Norma de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária; Ana Cleide de Oliveira Ávila, superintendente da Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, representando o secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Regina Aparecida de Souza, professora adoecida; e os Srs. Mário de Assis, assessor executivo da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais; Danilo Antônio de Souza Castro, advogado-geral adjunto da Advocacia-Geral do Estado, representando o advogado-geral; e Delson Aguinaldo de Araújo Júnior, vice-presidente da Associação dos Professores Públicos de MG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2020.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Zé Guilherme.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,  
EM 18/2/2020****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.415/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que dispõe sobre a antecipação, para os municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, do pagamento de parcelas fixadas em acordo firmado entre o Estado e a Associação Mineira dos Municípios, nos termos que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.416/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que isenta das taxas que menciona a emissão de nova via de documentos destruídos, danificados, perdidos ou extraviados e o licenciamento de veículos danificados, perdidos ou extraviados em razão dos desastres naturais ocorridos em 2020. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.418/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que dispõe sobre homenagem em obras públicas do Estado às vítimas do rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.355/2019, do governador do Estado, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem de Resíduos Veiculares – PRRV – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2020, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado, relativo aos anos de 2018 e 2019. A

Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.445/2020, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de janeiro a dezembro de 2019, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de julho de 2018 a novembro de 2019. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2020, da Defensoria Pública, que altera os arts. 17, 19 e 22 e os anexos VI e IX.1 da Lei nº 22.790, de 2017, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.447/2020, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2014, 2019 e 2020. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2020, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.449/2020, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente aos anos de 2018 e 2019. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, que cria e transforma cargos do quadro de provimento em comissão e de funções de confiança do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.451/2020, do governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/2/2020**

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.192/2017, do deputado Léo Portela.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 29/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 1.312/2015 e 3.589/2016, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.636/2016, do deputado Isauro Calais; 4.935/2018, da deputada Ione Pinheiro; 5.303/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.493/2018, do deputado Tito Torres; 5.496/2018, do deputado Roberto Andrade; 6/2019, do deputado Noraldino Júnior; 85/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 150/2019, da deputada Leninha; 593/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 623/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.084/2019, do deputado Carlos Henrique; 1.187/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 1.238/2019, do deputado Bruno Engler; 1.249/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.340/2019, do deputado Coronel Henrique; 1.367/2019, do deputado Zé Reis; 1.379/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 1.443/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 611/2015, da deputada Rosângela Reis; 741/2019, do deputado Mário Henrique Caixa; 858/2019, do deputado Roberto Andrade; 964/2019, do deputado Tito Torres; 1.325/2019, da deputada Rosângela Reis; 1.342 e 1.350/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 1.356/2019, do deputado Virgílio Guimarães; e 1.369/2019, do deputado Betão.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/2/2020****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.586/2016, da deputada Ione Pinheiro; e 674/2019, do deputado Bartô.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.590/2020, da deputada Delegada Sheila; 4.596/2020, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 4.617, 4.632 e 4.633/2020, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2020****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 492/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, 1.355/2019, do governador do Estado, 1.446/2020, da Defensoria Pública, e 1.450/2020, do Tribunal de Justiça.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.851/2016, do deputado Tiago Ulisses, e 1.224/2019, do deputado Cleitinho Azevedo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 670/2019, do deputado Cristiano Silveira.

Requerimento nº 4.588/2020, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/2/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.551, 4.553, 4.565 a 4.568 e 4.577/2020, da deputada Delegada Sheila; 4.554/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.556/2020, do deputado João Vítor Xavier; 4.557/2020, do deputado Sávio Souza Cruz; 4.561/2020, do deputado Bruno Engler; 4.593/2020, do deputado Mário Henrique Caixa; 4.608/2020, da Comissão de Cultura; e 4.622 a 4.629/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/2/2020****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.582/2020, do deputado Gustavo Mitre.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/2/2020****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.592/2020, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 18 de fevereiro de 2020, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.355/2019, do governador do Estado, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem de Resíduos Veiculares – PRRV – e dá outras providências; 1.415/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que dispõe sobre a antecipação, para os municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, do pagamento de parcelas fixadas em acordo firmado entre o Estado e a Associação Mineira dos Municípios, nos termos que especifica; 1.416/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que isenta das taxas que menciona a emissão de nova via de documentos destruídos, danificados, perdidos ou extraviados e o licenciamento de veículos danificados, perdidos ou extraviados em razão de desastres naturais ocorridos em 2020; 1.418/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que dispõe sobre homenagem em obras públicas do Estado às vítimas do rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho; 1.444/2020, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado, relativo aos anos de 2018 e 2019; 1.445/2020, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de janeiro a dezembro de 2019, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de julho de 2018 a novembro de 2019; 1.446/2020, da Defensoria Pública, que altera os arts. 17, 19 e 22 e os anexos VI e IX.1 da Lei nº 22.790, de 2017, e dá outras providências; 1.447/2020, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2014, 2019

e 2020; 1.448/2020, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa; 1.449/2020, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente aos anos de 2018 e 2019; 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, que cria e transforma cargos do quadro de provimento em comissão e de funções de confiança do Poder Judiciário do Estado; e 1.451/2020, do governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de fevereiro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 18 de fevereiro de 2020, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.355/2019, do governador do Estado, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem de Resíduos Veiculares – PRRV – e dá outras providências; 1.415/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que dispõe sobre a antecipação, para os municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, do pagamento de parcelas fixadas em acordo firmado entre o Estado e a Associação Mineira dos Municípios, nos termos que especifica; 1.416/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que isenta das taxas que menciona a emissão de nova via de documentos destruídos, danificados, perdidos ou extraviados e o licenciamento de veículos danificados, perdidos ou extraviados em razão de desastres naturais ocorridos em 2020; 1.418/2020, do deputado Agostinho Patrus e outros, que dispõe sobre homenagem em obras públicas do Estado às vítimas do rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho; 1.444/2020, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado, relativo aos anos de 2018 e 2019; 1.445/2020, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de janeiro a dezembro de 2019, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de julho de 2018 a novembro de 2019; 1.446/2020, da Defensoria Pública, que altera os arts. 17, 19 e 22 e os anexos VI e IX.1 da Lei nº 22.790, de 2017, e dá outras providências; 1.447/2020, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2014, 2019 e 2020; 1.448/2020, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa; 1.449/2020, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente aos anos de 2018 e 2019; 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, que cria e transforma cargos do quadro de provimento em comissão e de funções de confiança do Poder Judiciário do Estado; e 1.451/2020, do governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de fevereiro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 18/2/2020, às 11h30min e às 15h00, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.586/2016, da deputada Ione Pinheiro, e 674/2019, do deputado Bartô, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.590/2020, da deputada Delegada Sheila, 4.596/2020, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, e 4.617, 4.632 e 4.633/2020, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 18/2/2020, às 14 horas, às 14h30min, às 15 horas, às 16 horas e às 17 horas na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres Para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.444/2020, do procurador-geral de justiça, 1.445/2020, da Defensoria Pública, 1.447/2020, do Tribunal de Contas, 1.449/2020, do Tribunal de Justiça, e 1.451/2020, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2020.

Hely Tarquínio, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/2/2020, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos trabalhadores da rede Fhemig diante do processo de reestruturação da rede, a precarização dos hospitais e o movimento de greve dos seus trabalhadores..

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/2/2020, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.355/2019, do governador do Estado, 1.446/2020, da Defensoria Pública, 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2020.

João Magalhães, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/2/2020, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2020.

João Leite, presidente.



## **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1549/2015**

#### **Comissão de Cultura**

##### **Relatório**

Resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.530/2014, o projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Rogério Correa, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Marianense dos Artistas Plásticos – Amap –, com sede no Município de Mariana.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Marianense dos Artistas Plásticos – Amap –, com sede no Município de Mariana, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção da cultura.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, pesquisar, discutir e sugerir políticas públicas para regular o mercado das artes plásticas e de outras áreas da cultura no município.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em favor da difusão das artes no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

##### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.549/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2020.

Marquinho Lemos, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.264/2018****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Bocaiuvense de Artesãos – ABA –, com sede no Município de Bocaiuva.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Bocaiuvense de Artesãos – ABA –, com sede no Município de Bocaiuva, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do artesanato na região.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, representar os interesses dos artesãos garantindo as condições necessárias para a produção, comercialização de seus produtos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação para o desenvolvimento do artesanato no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.264/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2019.

Marquinhos Lemos, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.057/2019****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Ginga Camaradinha de Serrania, com sede no Município de Serrania.

O projeto foi distribuído a Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Ginga Camaradinha de Serrania, com sede no Município de Serrania, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas na região.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, difundir o estudo, a pesquisa e a prática da capoeira como forma de democratização do acesso os direitos culturais e à educação e ao esporte.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol da difusão da cultura popular no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.057/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Marquinhos Lemos, relator.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/2/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Frederico Rossin de Mattos, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fernando Pacheco;

exonerando Graziela Paz de Paula, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Luiza Santos Vieira Baêta, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Camila Carneiro Bahia Braga, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

nomeando João Batista Marques, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Rozilene de Oliveira Pinto Rabelo, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso.

### AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 29/2020

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: LVD Soluções em Informática Ltda. Objeto: fitas LTO. Dotação Orçamentária: 1011.01.031.729.4239.3390.10.1. Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 12/2019, do Tribunal Regional Eleitoral da 5ª Região. Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 23/2019.